

3 — Função: prestação de serviços de vigilância e outros.

4 — Horário semanal: 4h00 m ou 3h30m/dia.

5 — Remuneração ilíquida/hora: 3,82 € (três euros e oitenta e dois cêntimos).

6 — Duração do contrato: com período definido de 17 de setembro de 2018 até ao dia 21 de junho de 2019, ao abrigo da alínea *h*) do artigo 57.º da LTFP.

7 — Nível de escolaridade exigido: escolaridade obrigatória ou experiência profissional comprovada.

8 — Método de seleção: Avaliação Curricular.

9 — Prazo de candidatura: dez dias úteis, a contar da data da publicação do presente Aviso.

10 — Formalização da candidatura: as candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de impresso próprio, fornecido nos Serviços Administrativos e disponível na página eletrónica do Agrupamento em <http://www.aejms.net/> e entregue no prazo de candidatura, pessoalmente, via e-mail ou por correio com registo e aviso de receção para a seguinte morada:

Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos
Rua Infante D. Henrique, 2955-196 Pinhal Novo

11 — Documentos a apresentar com a candidatura: o formulário de candidatura deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- i*) Comprovativo do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão;
- ii*) Cópia do certificado de habilitações literárias;
- iii*) Currículo e outros documentos que o candidato considere de interesse;
- iv*) Declaração de tempo de serviço, prestado na carreira e categoria de Assistente Operacional, se aplicável.

Às candidaturas dos candidatos com processo no Agrupamento é dispensada a apresentação dos documentos referidos nas subalíneas *i*), *ii*) e *iii*).

12 — Composição do Júri:

Presidente: Maria da Conceição Almeida Carneiro Henriques (Sub-diretora)

Vogais efetivos:

Joaquim António Martins Matias (Adjunto da Direção)
Edite Maria Ferreira Fraga Branco (Encarregada Operacional)

Vogais suplentes:

Filipe Manuel Lourenço Ventura (Adjunto da Direção)
Maria Manuela Carvalho Costa Pinto Bastos (Coordenadora Técnica)

28 de agosto de 2018. — O Diretor, *Carlos Manuel R. Vilas*.

311612787

Escola Secundária Poeta Al Berto, Sines

Aviso n.º 12940/2018

Tomada de Posse da Diretora

Faz-se saber que, na sequência do processo concursal para provimento do lugar de diretor declarado aberto pelo aviso n.º 7742/2018, e nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, tomou posse, iniciando funções como diretora, perante o Conselho Geral, no dia 4 de agosto de 2018, a professora Paula Maria Daniel de Melo Lopes, para o mandato de 2018 a 2022.

21 de agosto de 2018. — A Presidente do Conselho Geral, *Maria da Cruz Piñera Afonso*.

311596993

Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor

Aviso n.º 12941/2018

1 — O Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor, torna público que pretende contratar nos termos dos artigos 33.º e 34.º, os n.ºs 2, 3, 4 e 6 do artigo 36.º, e dos artigos 37.º e 38.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e dando cumprimento aos trâmites previstos na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 06

de abril, aplicando-se ainda supletivamente o Código do Procedimento Administrativo, Assistentes Operacionais de grau 1, em Regime de Contrato a Termo Resolutivo Certo a Tempo Parcial, para a prestação de serviços de limpeza e outros no âmbito da carreira e categoria de Assistente Operacional.

2 — Tipo de oferta:

4 (quatro) postos de trabalho com duração de 3,5 (três horas e trinta minutos).

3 — Serviço: Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor, Rua General Humberto Delgado, 7400-259 Ponte de Sor.

4 — Duração do contrato: Início de funções em a 17/09/2018, com termo a 14/06/2019.

5 — Remuneração: O valor da remuneração a que tem direito o pessoal a contratar é fixado em 290,00€ (duzentos e noventa euros).

6 — Nível habilitacional: Escolaridade obrigatória, que pode ser substituída por experiência profissional comprovada em Assistente Operacional de grau 1.

7 — Método de seleção: Avaliação curricular.

8 — Requisitos de admissão: Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão nos termos do artigo 17.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho:

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, Convenção Internacional ou Lei Especial;

b) Dezoito anos de idade completos;

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatórias.

9 — Formalização das candidaturas: As candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente mediante preenchimento de impresso próprio, disponível nos Serviços de Administração Escolar do Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor e entregues no prazo da candidatura, pessoalmente ou pelo correio, em carta registada com aviso de receção, para a morada publicada no presente aviso.

10 — Prazo da candidatura: 10 (dez) dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

11 — Documentos a apresentar com a candidatura: Os formulários da candidatura deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão dos seguintes documentos:

a) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão;

b) Fotocópia do certificado de habilitações;

c) *Curriculum Vitae* datado e assinado;

d) Outros documentos que julgue de interesse para o respetivo posto de trabalho.

12 — Composição do júri:

Presidente do Júri: Manuel Ildefonso Nogueira Martins;

Vogal efetivo: Domingos Alberto Macedo da Silva Bento;

Vogal efetivo: Armindo Nobre Pedro;

Vogal suplente: Ana Maria de Andrade Ferreira Cruz;

Vogal suplente: Carla Paula Paulino Cabedal Vicente.

13 — Todas as informações adicionais encontram-se afixadas na vitrina do Bloco C da Escola Secundária de Ponte de Sor, podendo os eventuais candidatos solicitar, nas horas normais de expediente, qualquer esclarecimento adicional.

14 — Este concurso é válido para as eventuais contratações que ocorram durante o ano escolar de 2018/2019.

27 de agosto de 2018. — O Diretor, *Manuel António Cardoso Dias Andrade*.

311614325

Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro,
Caldas da Rainha

Aviso n.º 12942/2018

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, a tempo parcial, para a carreira e categoria de Assistente Operacional.

1 — Torna-se público que, por despacho da diretora do Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação deste Aviso no *Diário da República*,

o procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de 2 postos de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas/contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial, com período definido de 17 de setembro de 2018/após o termo do concurso e até 21 de junho de 2019.

2 — Caracterização do posto de trabalho: assistente operacional, de grau 1.

Funções: Prestação de serviços — vigilância e suporte às atividades escolares, limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações e equipamentos.

3 — Local de trabalho: Escolas do Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro.

4 — Remuneração Líquida: 3,67€ por hora.

5 — Habilitações: escolaridade obrigatória, que pode ser substituída por experiência profissional comprovada.

6 — Os requisitos gerais de admissão estão definidos no LVCR (Lei n.º 35/2014 de 20 de junho).

7 — A candidatura será apresentada no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do Aviso no *Diário da República*, mediante preenchimento de formulário próprio, de utilização obrigatória, disponibilizado nos Serviços Administrativos do Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro.

7.1 — Sob pena de exclusão, o formulário de candidatura deverá ser acompanhado de fotocópia dos seguintes documentos: certificado de habilitações literárias, bilhete de identidade ou cartão de cidadão, número de identificação fiscal, número de identificação da Segurança Social, currículo atualizado e devidamente assinado, declarações da experiência profissional e comprovativos de formação, mencionados no currículo.

8 — Dada a urgência do procedimento o método de seleção será por Avaliação Curricular (AC) e Entrevista (E) aos primeiros dez da lista ordenada referente à Avaliação Curricular (AC).

8.1 — (AC) Avaliação Curricular, que visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, relevância que se traduzirá na seguinte fórmula:

$$AC = [(HAB) + (EP) + (FP)]/3$$

Em caso de igualdade de valoração entre candidatos, constituem-se como critérios preferenciais: experiência na unidade orgânica, com bom desempenho de funções; experiência profissional; qualificação profissional.

8.1.1 — Sendo que:

(HAB) Habilitação Académica de Base, graduada de acordo com a seguinte pontuação:

a) 20 Valores — Escolaridade superior à obrigatória;

b) 16 Valores — Escolaridade obrigatória, ou curso que lhe seja equiparado.

(EP) Experiência Profissional, tempo de serviço no exercício das funções inerentes à carreira e categoria em realidade social, escolar e educativa do contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal, de acordo com a seguinte pontuação:

a) 20 valores — 5 ou mais anos de tempo de serviço em contexto educativo ou escolar;

b) 16 valores — De 3 a 5 anos de tempo de serviço em contexto educativo ou escolar;

c) 14 valores — De 1 a 3 anos de tempo de serviço em contexto educativo ou escolar;

d) 10 valores — Menos de 1 ano de tempo de serviço em contexto educativo ou escolar;

e) 6 valores — 10 ou mais anos de tempo de serviço em contexto diverso;

f) 3 valores — Menos de 10 anos de tempo de serviço em contexto diverso;

g) 0 valores — Sem experiência profissional.

(FP) Formação Profissional direta ou indiretamente relacionada com as áreas funcionais a recrutar:

a) 20 valores — Formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de 50 ou mais horas;

b) 16 valores — Formação diretamente relacionada com a área funcional, num total entre 25 e 49 horas;

c) 14 valores — Formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de horas inferior a 25 horas;

d) 8 valores — Formação indiretamente relacionada com a área funcional, independentemente da duração em horas;

e) 0 valores — Ausência de formação.

8.2 — A Entrevista (E), a realizar aos dez primeiros da lista ordenada, visa avaliar o grau de motivação, disponibilidade, relacionamento interpessoal e outros, inerentes às funções a desempenhar e será classificada de 1 a 10 valores.

8.3 — A classificação final dos candidatos resulta da soma do resultado da Avaliação Curricular (AC) com o resultado da Entrevista (E).

9 — Este concurso é válido para eventuais contratações que ocorram durante o ano escolar 2018/2019. Das candidaturas admitidas ao presente procedimento concursal, elaborar-se-á uma bolsa de recrutamento para os procedimentos concursais semelhantes no conteúdo e na forma, a ocorrer no ano letivo 2018/2019.

28 de agosto de 2018. — A Diretora, *Maria do Céu Inácio dos Santos*.
311614106

Agrupamento de Escolas Rio Arade, Lagoa

Aviso n.º 12943/2018

Procedimento concursal comum de recrutamento de 6 (seis) Assistentes operacionais em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, com termo resolutivo certo a tempo parcial.

Para efeitos do disposto dos artigos 33.º e 34.º, os n.ºs 2, 3, 4 e 6 do artigo 36.º, os artigos 37.º e 38.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, conjugado com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicado na Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, torna-se público que por despacho de 13/08/2018, da Senhora Diretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares, se encontra aberto concurso pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* o procedimento concursal comum na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e tempo parcial, para 6 assistentes operacionais, até 21 de junho de 2019, com 3 horas e meia diárias e 21 horas semanais, previsto n.º 7, do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 32/2012 de 13 de fevereiro.

1 — Legislação aplicável:

O presente procedimento rege-se pelas disposições contidas na Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e previsto no n.º 7 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 32/2012 de 13 de fevereiro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, Lei n.º 25/2017 de 30 de maio e ainda pelo Código do Procedimento Administrativo.

2 — Caracterização do posto de trabalho:

Assistente operacional.

2.1 — Postos de trabalho, no exercício de funções de assistente operacional, correspondente ao exercício de funções de apoio geral, desenvolvendo e incentivando o respeito e apreço pelo estabelecimento de educação ou de ensino e pelo trabalho que, em comum, nele deve ser efetuado, designadamente as seguintes atribuições:

a) Participar com os docentes no acompanhamento das crianças e jovens com e sem necessidades educativas especiais durante o período de funcionamento da escola com vista a assegurar um bom ambiente educativo;

b) Exercer as tarefas de atendimento e encaminhamento dos utilizadores das escolas e controlar as entradas e saídas da escola;

c) Providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didático e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo;

d) Cooperar nas atividades que visem a segurança de crianças e jovens na escola;

e) Zelar pela conservação dos equipamentos de comunicação;

f) Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança ou o aluno à unidade de prestação de cuidados de saúde.

3 — Local de trabalho: Estabelecimentos de ensino do agrupamento de escolas Rio Arade.

4 — Remunerações: Valor/hora — calculada com base na RMMG.

5 — Habilitações académicas: escolaridade obrigatória ou experiência profissional comprovada.

6 — Requisitos de Admissão: Os requisitos gerais de admissão estão definidos no artigo 17.º da LTFP:

a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, Convenção Internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;